



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS, SERVIÇOS E OBRAS

RESPOSTA DE RECURSO ADMINISTRATIVO
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 187/2021/PMVJ
CONCORRÊNCIA 001/2021-CPLCSO/PMVJ

I – RELATÓRIO

Trata-se de processo licitatório modalidade **CONCORRÊNCIA 001/2021-CPLCSO/PMVJ**, cujo objeto resume-se **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE PASSAGEM MOLHADA EM CONCRETO ARMADO, NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO JARI-AP, CONFORME O CONVÊNIO 889024/2019, INSCRITO NA PLATAFORMA + BRASIL SOB PROCESSO Nº 889024/2019 - MINISTERIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.**

- ✓ Expostas tempestivamente as razões pelas empresas **I V M CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS – EIRELI, CONSTRUTORA J&E – ALMEIDA COMERCIO & SERVIÇOS EIRELI, HC DA COSTA E CIA LTDA-EPP, EQUATORIAL ENGENHARIA EIRELI-EPP, MPA CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA, PORTO CONSTRUÇÕES LTDA-EPP e EQUINORTE SERVIÇO E LOCAÇÕES** dos recursos interpostos pelas mesmas acerca da decisão da Comissão de Licitação Permanente que habilitou e inabilitou as empresas, **EQUATORIAL ENGENHARIA EIRELI-EPP, S.A CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES EIRELI-EPP, I V M CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS – EIRELI, CONSTRUTORA J&E – ALMEIDA COMERCIO & SERVIÇOS EIRELI, HC DA COSTA E CIA LTDA-EPP, MPA CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA, PORTO CONSTRUÇÕES LTDA-EPP e EQUINORTE SERVIÇO E LOCAÇÕES EIRELI**, as contrarrazões foram apresentadas pelas recorridas em tempo hábil.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Em sede de admissibilidade recursal, foram preenchidos por parte das recorrentes quanto os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação e tempestividade, com fundamento pela Lei Federal nº 8.666/93.

Cumpridas as formalidades legais, nos termos postos, consequentes das orientações emanadas da Presidente, como forma de dar continuidade ao procedimento em tela, registre-se que foi dada a publicidade exigida por lei, estando o texto das razões e contrarrazões de recurso disponível a qualquer interessado.

III – DAS RAZÕES RECURSAIS

1. Do pedido da empresa **HC DA COSTA E CIA LTDA-EPP**, quanto a ausência de Balanço Patrimonial e qualificação Técnica que inabilitou a empresa, requer que a Comissão de Licitação receba e conheça o presente recurso para que reconsidere a decisão que inabilitou a recorrente, viabilizando a regular participação da recorrente em todas as fases posteriores da Concorrência 001/2021 – CPLCSO/PMVJ.

Quanto a ausência do Balanço Patrimonial, que a licitante **S.A Construções EIRELI-EPP**, induziu de forma maldosa a Douta Comissão a erro quando atribuiu a esta recorrente a falha de não ter apresentado o Balanço Patrimonial, a afirmação da licitante

Adriana Colares Brandão
Presidente CPLCSO/PMVJ
Dec. Nº 226/2021 GAB/PMVJ



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS, SERVIÇOS E OBRAS

acusadora não merece guarida. Observa-se no hall de documentos apresentados por esta recorrente que o Balaço Patrimonial 2019, numerada de 01 até 95.

Quanto a ausência da Qualificação Técnica, que a licitante S.A Construções EIRELI-EPP levantou o questionamento, sem, no entanto esclarecer pormenorizado seu intento. Que ao fazer um paralelo entre a exigência do edital e a Lei, vislumbra-se com clareza solar que a Douta Comissão pretende com seu instrumento Convocatório abrir um leque de competição amplo com isso chegar a seleção da proposta mais vantajosa para administração, deixando de complementar seu edital com a inclusão do texto do paragrafo segundo mesmo art. Portanto, a omissão ou intenção da Douta Comissão de Licitação abre precedente para a não comprovação das parcelas de maior relevância e de valor significativo.

2. No pedido da **EMPRESA ALMEIDA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI**, por ser inabilitada por não apresentar Acervo Operacional não compatível com o objeto licitado, requer-se que seja julgado provido o presente recurso, com efeito para que, reconhecendo-se a ilegalidade da decisão hostilizada, como de rigor, admita-se a participação da recorrente na fase seguinte da licitação, já que habilitada a tanto a mesma está. Outrossim, lastreada nas razões recursais, reque-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão.

A empresa alega que, a Comissão considerar a recorrente inabilitada sob o argumento acima enunciado incorreu na prática de ato manifestante ilegal, por melhores que sejam as intenções do instrumento convocatório, verifica-se que a citada exigência não merece prosperar, tão pouco se sustenta, tendo em vista que a referida exigência não encontra qualquer garnida em nossos ordenamentos jurídico vigente.

Que a comprovação técnica é similar as exigências dispostas ao que foi solicitado no edital, tendo a empresa apresentado a mesma. Que a comissão esta impondo regras no Edital que estão aferindo o Art. 30 da Lei 8.666/93. Que a exigência de atestado de capacidade técnica em nome da licitante não prevista na norma. Ademais, por falta de previsão legal que autorize administrador fazer a referida exigência, constar no edital a exigência em questão gera nulidade dos atos subsequentes face à inobservância da-norma.

3. Do pedido da **EMPRESA EQUATORIAL ENGENHARIA EIRELI-EPP**, requer que a Douta Comissão solicite à empresa **S.A CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES EIRELI-EPP**, o número da chave de impressão do aludido documento (CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO) para a devida averiguação, e disponibilize a aludida chave para as licitantes interessadas, caso não seja confirmada a veracidade do documento ora atacado que seja reformada a decisão que manteve a licitante habilitada, aplicando-lhe a pena de fraude em licitação e inabilitando-a para as fases seguintes do certame.

4. Dos pedidos das empresas **MPA CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES LDTA E PORTO CONSTRUÇÕES LTDA-EPP**, a inabilitação das empresas S.A Construções EIRELI e

Adriana Colares Brandão
Presidente da CPLCSOP/PMVJ
Dec. N.º 220/2021-SAB/PMVJ



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS, SERVIÇOS E OBRAS

EQUATORIAL ENGENHARIA EIRELI, devendo ambas as empresas que sejam consideradas desclassificadas por não cumprirem o exigido no edital.

5. Do pedido da empresa **EQUINORTE SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELI**, reconsidere a íntegra da decisão que inabilitou a recorrente, atribuindo a mesma o status de habilitada para assim prosseguir as fases posteriores do certame, tendo em vista que não se vislumbra na ata da sessão pública nenhum elemento que subsidie e fundamente tal decisão, que reconsidere as eventuais decisões tomadas sem motivação/fundamentação editalícia ou legal durante a sessão de abertura.

6. Do pedido da empresa **IVM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS - EIRELI** solicita que seja reconsiderada a decisão da inabilitação por apresentar Balanço Patrimonial incompleto (falta de Termo de Abertura), Acervo Operacional sem o item relevante e Acervo do engenheiro não atendeu a qualificação técnica.

Aduz que o balanço não existe abertura e encerramento e sim o livro diário, o qual o edital não está exigindo, por esse motivo não foi incluído no envelope de habilitação. A pleiteante também solicita a essa comissão que analise novamente o acervo apresentado, que é de uma passarela de concreto armado com os mesmos serviços do objeto licitado, e solicita a comissão para que analise o acervo em especial o item 3.1 que será base dos serviços a serem executados na obra licitada.

IV – DA ANÁLISE DO RECURSO

Cumprido dizer, desde logo, que as decisões tomadas no contexto deste processo licitatório, cujo instrumento convocatório é o Edital nº 001/2021, estão em perfeita consonância com o que manda a lei, tendo sido observada a submissão aos princípios da Legalidade, da Razoabilidade, Celeridade e Eficiência.

Entende a Presidente que não há de prosperar a alegação dos recorrentes, pois esta presidente em nem um momento deste processo procedeu conduta vedada dentro dos princípios administrativos, entende que a inabilitação das empresas acima referida estaria afastando o princípio da isonomia entre os licitantes e consequentemente a proposta mais vantajosa para a administração, através de um excesso de rigor por parte do presidente.

Segundo Marçal Justen Filho (2006); Licitação é um procedimento administrativo disciplinado por lei e por um ato administrativo prévio (edital, conforme o caso), que determina critérios objetivos de seleção da proposta de contratação mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia, conduzido por um órgão dotado de competência específica.

Neste sentido leciona o renomado doutrinador, Marçal Justen Filho, já adentrando no combatido tema do formalismo excessivo:

Adriana Colares Brandão
Presidente CPLCSO/PMVJ
Dea. Nº 226/2021-GAB/PMVJ



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS, SERVIÇOS E OBRAS

“A expressão legislativa sintetiza todas essas considerações quando estabelece que a licitação destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração. Significa que o critério para decisão de cada fase deve ser a vantagem para Administração. Isso acarreta a irrelevância do puro e simples formalismo do procedimento. Não se cumpre a lei através do mero ritualismo dos atos. O formalismo do procedimento licitatório encontra conteúdo na seleção da proposta mais vantajosa. Assim, a série formal de atos se estrutura e se orienta pelo fim objetivado. Ademais, será nulo o procedimento licitatório quando qualquer fase não for concretamente orientada para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.” (Grifo nosso).

Com base na documentação contida no processo e, com fulcro na legislação pertinente, passa-se à análise dos tópicos recursais apresentados:

➤ Do pedido da empresa **HC DA COSTA E CIA LTDA-EPP**

Primeiramente, podemos mencionar que o balanço patrimonial diz respeito à qualificação econômico-financeira, **consiste na demonstração da boa saúde financeira da licitante**, quando as empresas interessadas em contratar com a Administração deverão apresentar seu balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social ou certidão negativa de falência e concordata ou uma das garantias previstas no art. 56 da Lei nº 8.666/93, que pode ser uma caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro garantia ou fiança bancária, exigência de comprovação de qualificação econômico-financeira mais exigida nos editais de licitações, o art. 31 da Lei de Licitações exige que ele seja do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei.

Do descumprimento do item 7.4 do Edital 01.

O subitem 7.4.2 do Edital, prevê:

(...)

7.4.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3

Adriana Colares Brandão
Presidente CPLCSO/PMVJ
Dec. Nº 225/2022 - GAB/PMVJ



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS, SERVIÇOS E OBRAS

(três) meses da data de apresentação da proposta;

Vejamos o fato, a recorrente **HC DA COSTA E CIA LTDA-EPP** alega que no hall de documentos apresentados por esta que o Balaço Patrimonial 2019 foi apresentado de forma numerada de 01 até 95 (Termo de abertura pag. 01 e termo de fechamento 95), porém a recorrida apresentou em sessão ocorrida no dia 17/03/2021, apenas o Livro Diário a contar da pag. 01 a 54, portanto não foi entregue no envelope numero 01 de Habilitação o que foi alegado no recuso da requerente Balanço de numerado pag. 01 a 95, e sim entregue juntamente com o recurso.

Do descumprimento do item 20 Das Disposições Gerais do Edital 01.

(...)

20.9. ... vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

Após análise, destacamos que é vedada a inclusão de documento após a abertura dos envelopes de habilitação, portanto não cabe a esta comissão aceitar a documentação apresentada pela requerente e com isso mantém sua decisão de inabilitar a requerente e dá como **INDEFERIDO** o pedido de recurso do descumprimento do item 7.4 do Edital 01.

Do descumprimento do item 7.9 do Edital 01.

Os atestados de capacidade técnica e operacional têm a finalidade de comprovar para a Administração Pública, por intermédio de um documento subscrito por terceiro alheio à disputa licitatória, de que o licitante já executou o objeto licitado em outra oportunidade e a referida execução foi a contento, o que gerará confiança e segurança à Administração licitadora de o aludido licitante possuir expertise técnica.

Convém destacar que a interpretação do artigo 30 da Lei 8.666/93 no que concerne aos atestados, deve ser cautelosa e primar pela finalidade precípua da exigência, qual seja: a demonstração de que os licitantes possuem condições técnicas para executar o objeto pretendido pela Administração caso venha a sagrar-se vencedor.

Portanto, a apresentação de atestados visa demonstrar que os licitantes já executaram, anteriormente, objetos compatíveis em características com aquele definido e almejado na licitação. A finalidade da norma é clara: resguardar o interesse da Administração - a perfeita execução do objeto da licitação -, procurando-se, com a exigência de demonstração de capacidade, preservar a competição entre aqueles que reúnam condições de executar objeto similar ao licitado.

O subitem 7.9.4 do Edital, prevê:

(...)

Adriana Colares Brandão
Presidente CPLCSO/PMVJ
Dec. Nº 226/2021 GAB/PMVJ



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS, SERVIÇOS E OBRAS

7.9.4 Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação.

Frisamos que a decisão desta Comissão é balizada no disposto do edital, valorizando o princípio da vinculação ao Instrumento Convocatório é que norteia à Administração e ao licitante a observância das normas estabelecidas no Edital de forma objetiva.

Quanto a manifestação da requerente no seu recurso que discorre “Ao fazer um leque entre a exigência do Edital e a Lei, vislumbra-se com clareza solar que a Douta pretende com seu instrumento Convocatório abrir um leque de competição ...”. Vale ressaltar que quando se fala em instrumento convocatório, o qual foi utilizado o EDITAL 001/2021, o mesmo é composto de anexos, onde junto ao referido edital foram anexados: as Especificações Técnicas, Projeto Básico, Plano de Trabalho, Memorial Descritivo, Memoria de Calculo, Planilha Orçamentária, Composições de Custos, ... entendo - se que as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo estavam sim expostas em seus anexos para que os técnicos das empresas interessados no objeto licitado pudessem identificar, além de ter sido publicado o pedido de esclarecimento da empresa MPA Construções e Participações LTDA, quanto ao item de maior relevância e valor significativo, o qual foi esclarecido em tempo hábil antes do certame.

Portanto, após análise, fica claro que no Edital não se abre precedente para não comprovação das parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo. Com isso esta comissão mantém sua decisão sobre a inabilitação da empresa dando como **INDEFERIDO** o pedido de recurso.

➤ Do pedido da **EMPRESA ALMEIDA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI**

A fase de habilitação visa aferir se a pessoa interessada em contratar com a Administração preenche os requisitos e as qualificações para a adequada execução do objeto licitado, tendo por fim garantir o adimplemento das obrigações firmadas no contrato administrativo.

Adriana Colares Brandão
Presidente CPLCSO/PMVJ
Dec. Nº 225/2021 - GAB/PMVJ



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS, SERVIÇOS E OBRAS

Do descumprimento do item 7.9 do Edital 01.

O subitem 7.9.3 do Edital, prevê:

7.9.3. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação.

Quanto ao item 7.9.3 do edital 001/2021, a empresa não apresentou qualificação técnica operacional de acordo com as características do objeto licitado. A recorrente em seu instrumento de recurso, questiona o edital quanto ao item 7.9.3, que esta exigência não merece prosperar, tão pouco se sustenta, tendo em vista que a referida exigência não encontra qualquer garnida em nosso ordenamento jurídico vigente. E que a comprovação da capacidade técnica operacional apresentada pela empresa é **SIMILAR** às exigências dispostas ao item 7.9.3. e que a Comissão esta impondo regras em seu instrumento convocatório ao solicitar "as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação".

A recorrente em seu recurso está questionando o edital, o qual nesta face da licitação não se pode questionar, pois ao apresentar o Anexo XII – Declaração de Conhecimento e Aceitação do teor do Edital deixou claro a esta Comissão que tem total esclarecimento das documentações exigidas e que aceitou todas elas. Além de ter tido a oportunidade de impugnar o Edital até dois (2) dias antes da Abertura dos envelopes de habilitação, portanto não cabe neste momento fazer questionamento do que esta sendo solicitado.

Portanto a este pedido de reconsideração da inabilitação, a Comissão de Licitação, balizada pelo ato convocatório mantém sua decisão, pois tão pouco a qualificação técnica apresentou o item de maior relevância e valor significativo do objeto licitado.

➤ Do pedido da **EMPRESA EQUATORIAL ENGENHARIA EIRELI-EPP**

Após análise da documentação da empresa **S.A CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES EIRELI-EP**, consulta no site do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, com a chave de segurança dos atestados apresentados, se comprovou a veracidade da documentação.

Portanto a este pedido de inabilitação da **S.A CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES EIRELI-EPP**, a Comissão de Licitação, balizada pelo ato convocatório mantém sua decisão de empresa Habilitada.

➤ Dos pedidos das empresas **MPA CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA E PORTO CONSTRUÇÕES LTDA-EPP**

Adriana Colares Brandão
Presidente CPLCSO/IPMVJ
Dec. nº 225/2021-GAB/IPMVJ



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS, SERVIÇOS E OBRAS

Em nova análise da documentação de habilitação das empresas S.A Construções EIRELI e EQUATORIAL ENGENHARIA EIRELI, ficou claro a esta Comissão que ambas apresentaram as qualificações técnicas exigidas no Edital, portanto o questionamento das requerentes não tem fundamentação.

Portanto a este pedido de inabilitação da **S.A CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES EIRELI-EPP e EQUATORIAL ENGENHARIA EIRELI**, a Comissão de Licitação, balizada pelo ato convocatório mantém sua decisão de empresas Habilitadas.

➤ Do pedido da empresa **EQUINORTE SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELI**

A recorrente alega em seu recurso que não ficou claro o motivo de sua inabilitação e o motivo da habilitação das empresas S.A Construções EIRELI e EQUATORIAL ENGENHARIA EIRELI.

Dos fatos, a empresa **EQUINORTE SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELI** não apresentou o item 7.9, subitem 7.9.3, exigidos no instrumento convocatório, e que durante a seção fora aberta a todas as empresas presentes para colocar suas ponderações dos fatos ocorridos e das documentações apresentadas, a recorrente simplesmente disse que "optou por mais nada acrescentar" e após a leitura da Ata de Abertura e Encerramento, assinou com os demais representantes das empresas, concordando com o que foi escrito pela Comissão, além de ter acesso e assinar todos os documentos das demais empresas, também teve acesso ao processo que norteia o certame, o qual assinou também. Portanto fica claro que a Comissão usou da maior transparência, cumprindo a risca o rege o instrumento convocatório e a Lei Federal 8.666/1993.

Esclarecidos os fatos, esta comissão mantém sua decisão de inabilitação da empresa recorrente.

Do pedido da empresa **IVM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS – EIRELI**

Em sua defesa a recorrida apresentou sua inabilitação, alegando que apresentou seu Balanço Patrimonial, o que fora exigido no edital. E solicitou a esta comissão que analise novamente do Acervo Operacional apresentado, onde consta uma construção de passarela de concreto armado com as mesmas características que esta sendo licitado. E que reveja o acervo Técnico do engenheiro.

A Comissão de Licitação analisou novamente toda a documentação de habilitação da requerente e constatou que a mesma apresentou todos os documentos exigidos no instrumento convocatório.

Portanto a este pedido de reconsideração da inabilitação, a Comissão de Licitação, balizada pelo ato convocatório dá como DEFERIDO o pedido de recurso da recorrente, habilitando a empresa para que participe das próximas etapas do objeto licitado.

Adriana Colares Brandão
Presidente CPLCSO/PMVJ
Dec. nº 225/2021-GAB/PMVJ



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS, SERVIÇOS E OBRAS

V – DECISÃO

Diante do exposto, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Vitória do Jari - AP, eu **Adriana Colares Brandão**, designado pelo Decreto n.º 225/2021-GAB/PMVJ, no uso de minhas atribuições conferidas pela Lei n.º 8.666/93, pela legislação aplicável à espécie e em consonância com os demais membros, **IZABELA CINTIA FREITAS MARTINS** e **LUIS FERNANDO BORGES DA SILVA**, minha decisão referente a classificação e habilitação das empresas **S.A Construções EIRELI** e **EQUATORIAL ENGENHARIA EIRELI** e **IVM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS – EIRELI**, na sessão ocorrida no dia 17/03/2021 na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Vitória do Jari-AP, sito no Prédio Anexo Gabinete do Prefeito na Passarela José Simeão e Souza, nº 4611 - Prainha, Cep 68.924-000, Município de Vitória do Jari-AP. Desta forma, dá-se através, da presente decisão a ciência à Autoridade Competente, e entendendo cabível o entendimento esposado pela Presidente, para que Vossa Senhoria analise e conceda PARECER JURÍDICO dos recursos em epígrafe, enfatizando e observando neste expediente as condutas e tratativas do Presidente e equipe aos preceitos legais da Lei 8.666/1993 acerca do objeto e demais legislações subsidiárias.

Vitória do Jari-AP, 25 de março de 2021.

ADRIANA COLARES BRANDÃO

Presidente da Comissão
Adriana Colares Brandão
Presidente CPLCSO/PMVJ
Dec. Nº 225/2021-GAB/PMVJ

Izabela Cintia Freitas Martins
IZABELA CINTIA FREITAS MARTINS
Secretária da CPLCSO

Luís Fernando Borges da Silva
LUIS FERNANDO BORGES DA SILVA
Membro da CPLCSO